



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL,  
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS  
DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA YOKI ALIMENTOS S.A.

entre

**YOKI ALIMENTOS S.A.,**  
*como Emissora,*

e

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.,**  
*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente  
emissão*

*e, como intervenientes anuentes*

**MISAKO MATSUNAGA,**

**MITSUO MATSUNAGA,**

**YEDA KITANO CHERUBINI, e**

**GABRIEL JOÃO CHERUBINI**

\_\_\_\_\_  
Datada de

1º de fevereiro de 2011  
\_\_\_\_\_



JUCESP

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA  
INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA YOKI ALIMENTOS S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**YOKI ALIMENTOS S.A.**, companhia fechada com sede Avenida Miro Vetorazzo, nº 1661/1681 – Bairro Demarchi – São Bernardo do Campo, São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 61.586.558/0013-29 e com NIRE nº 35300100743, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”;

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário”;

**MISAKO MATSUNAGA**, brasileira, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº 3.017.225-1, inscrita no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 111.376.958-03, e seu cônjuge, **MITSUO MATSUNAGA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 2.921.405-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.960.058-91, ambos domiciliados na Rua Alberto Faria, 1.557, Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e

**YEDA KITANO CHERUBINI**, brasileira, casada, socióloga, portadora da cédula de identidade RG nº 5.464.955-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 766.149.218-00, e seu cônjuge, **GABRIEL JOÃO CHERUBINI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 8.273.244-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 754.497.738-20, ambos domiciliados na Av. José Galante, 589, apto 151, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominados “Garantidores”, sendo a Sra. Misako e a Sr. Yeda acionistas da sociedade Aldeinha Participações e Empreendimentos Ltda., com



2

JUCESP

08 09 11

sede na Av. José Galante, 589, apto 151, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.181.741/0001-57, acionista controladora da Emissora;

celebram a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Yoki Alimentos S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de janeiro de 2011 (“AGE”).

## 2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário do Comércio”, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v) abaixo, vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data do registro na JUCESP.

### 2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.



3

JUCEB

08.02.11

### **2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### **2.1.4 Registro na ANBIMA**

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código Anbid de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

### **2.1.5 Registro das Escrituras de Hipoteca**

2.1.5.1 Tendo em vista que a presente emissão conta com a garantia real de hipotecas descritas no item 4.11 abaixo, a Escritura de Hipoteca (conforme definido abaixo) será levada a registro pela Emissora, conforme o caso, no (i) Registro de Imóveis – Títulos e Documentos da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso; (ii) Registro de Imóveis da Comarca de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul; e (iii) Registro de Imóveis da Comarca de Guaíra, Estado do Paraná ("Cartórios"), em no máximo, 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura. Após o deferimento de referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original registrada em cada Cartório das Escrituras de Hipoteca para o Agente Fiduciário, em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data do seu efetivo registro.

### **2.1.6 Registro da Escritura em Cartório de Títulos e Documentos**

2.1.6.1 Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em virtude da fiança ora avençada, a presente Escritura deverá ser levada a registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo e São Bernardo do Campo, em até 10 (dez) dias úteis da sua assinatura.

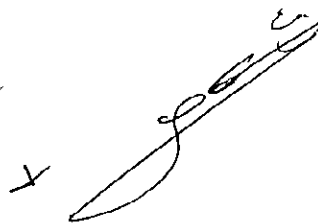




4







JUCESP

09 02 11

## 2.1.7 Registro do Contrato de Cessão Fiduciária

2.1.7.1 Tendo em vista que a presente emissão conta com a garantia real de cessão fiduciária de duplicatas descrita no item 4.11 abaixo, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) será levado a registro pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, em no máximo, 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura. Após o deferimento de referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original registrada do Contrato de Cessão Fiduciária para o Agente Fiduciário, em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data do seu efetivo registro.

## 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto:

- i) produção, industrialização, processamento, beneficiamento, armazenamento, empacotamento (embalar), enfardamento, e comercialização de produtos alimentícios, agrícolas, cereais em grãos, farináceos, hortícolas, sementes e outros produtos congêneres;
- ii) industrialização de produtos para a alimentação animal;
- iii) produção, industrialização, processamento, beneficiamento, armazenamento, empacotamento (embalar), comercialização, importação, exportação e distribuição de alimentos com soja, bebidas, preparados sólidos para refresco e congêneres;
- iv) industrialização de trigo em grão destinado à produção de trigo para Kibe;
- v) fabricação de embalagens para uso próprio e de terceiros;
- vi) prestação de serviços relativamente ao objeto social bem como assistência técnica ao plantio e desenvolvimento agrícola;



5

JUN 2019

- vii) integração com o produtor rural para fins de participação em projetos de desenvolvimento e financiamento agrícola e industrial;
- viii) importação e exportação de sementes, cereais, hortícolas, bens, produtos alimentícios e congêneres e/ou serviços relacionados com o objeto social;
- ix) comércio atacadista e varejista de gêneros alimentícios em geral;
- x) representação de sociedades nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, nas formas permitidas em lei;
- xi) classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos, com a emissão dos respectivos certificados de classificação;
- xii) prestação de serviços de laboratório de análises de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos, com a emissão dos respectivos certificados de análise;
- xiii) implementação de controles para a rastreabilidade das atividades de classificação de produtos e laudos de análise; e
- xiv) participação em outras sociedades como sócio, quotista ou acionista.

### 3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

### 3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

### 3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo.



6

JUL 2009  
00 00 11

### **3.5 Quantidade de Debêntures**

3.5.1 Serão emitidas 100 (cem) debêntures ("Debêntures").

### **3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária**

3.6.1 O banco mandatário e a instituição depositária será o Banco do Brasil, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra 01, Bloco G, Ed. Sede III, CEP 70.073-901 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária").

### **3.7 Destinação dos Recursos**

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para (i) alongamento do passivo; e (ii) o reforço do capital de giro da Emissora.

### **3.8 Registro na CETIP**

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, condicionada ao cumprimento das exigências conforme disposto no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.3 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409/04"), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

7

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

JUESP

00 00 11

investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB-Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Líder"), e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do "Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fudejussória Adicional, da 1ª Emissão da Yoki Alimentos S.A.", celebrado entre BB-Banco de Investimento S.A. e a Emissora ("Contrato de Colocação").

## 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de fevereiro de 2011 ("Data de Emissão").



8



JUL 15

00 00 11

#### 4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de fevereiro de 2016, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

#### 4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

#### 4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

#### 4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

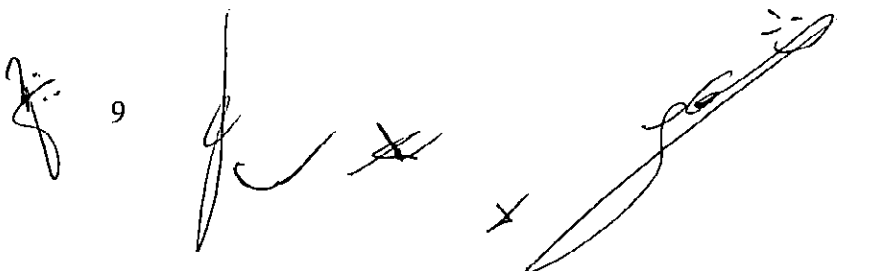
#### 4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

### 4.2 **Subscrição**

#### 4.2.1 *Prazo de Subscrição*

9

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp with the text "CONSULTORIA JURIDICA" around the perimeter and "ACORDO" in the center. A signature is written over the stamp.

JUCESP

08 02 11

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação, obedecendo para tanto o prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 476/09.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4 **Direito de Preferência**

4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5 **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.6 **Remuneração**

4.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 116,50% (cento e dezesseis inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo



JUCESP

08 08 11

pagamento, que ocorrerá ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), aplicando-se a fórmula descrita no item 4.6.3 abaixo.

4.6.1.1 Define-se como “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.2 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 12 de fevereiro e 12 de agosto de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente, caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 12 de fevereiro de 2014 e o último pagamento da Remuneração será devido em 12 de fevereiro de 2016.

4.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

“ $n_{DI}$ ” corresponde ao número total de Taxas DI Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ $n_{DI}$ ” um número inteiro;

“p” corresponde a 116,50 (cento e dezesseis inteiros e cinquenta centésimos) informado



Handwritten signature

Handwritten signature and initials

JUL 99

00 00 11

com 2 (duas) casas decimais;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

“k” = 1, 2, ..., n, sendo “n” um número inteiro;

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“d<sub>k</sub>” = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “d<sub>k</sub>” igual a 1 (um) dia útil;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Observações:

- i) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI”, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

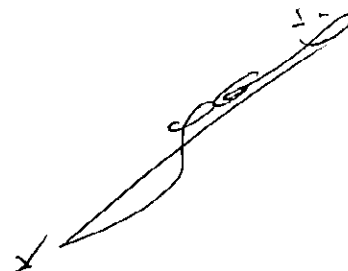




12







JUCESP

03 09 11

4.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 4.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 4.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração



JUE 59

09 09 14

devida até a data do efetivo resgate, inclusive, calculada ~~pro rata temporis~~, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou

- ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelo voto da maioria dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme estabelecido na cláusula oitava desta Escritura, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

#### 4.7 Repactuação

- 4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.8 Amortização Programada

- 4.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, da seguinte forma:



14

JUCESP

09 02 11

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Pagamento
20,0000% (vinte por cento)	12 de fevereiro de 2014
20,0000% (vinte por cento)	12 de agosto de 2014
20,0000% (vinte por cento)	12 de fevereiro de 2015
20,0000% (vinte por cento)	12 de agosto de 2015
20,0000% (vinte por cento)	12 de fevereiro de 2016

#### 4.9 Condições de Pagamento

##### 4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.



15

JUCESP

00 02 11

#### 4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de São Bernardo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### 4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "Diário de Comércio", observado o estabelecido no artigo 289



16

16

16

16



JUCEP

08.09.11

da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.11 Garantia Real e Fidejussória

4.11.1 A Emissora deverá constituir hipotecas em 3 (três) imóveis de sua propriedade, ou de propriedade de sociedade por ela controlada, abaixo descritos, em garantia de, no total, R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) ("Valor Garantido Hipoteca") do montante total das Debêntures, a ser constituída nos termos de "Escrituras Públicas de Constituição de Hipoteca e Outras Avenças" ("Escrituras de Hipoteca"), celebradas entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

4.11.1.1 As hipotecas constituídas nos termos das Escrituras de Hipoteca dizem respeito aos seguintes imóveis ("Imóveis"):

- i) imóvel de propriedade da Emissora, objeto da matrícula nº 2.799, do Registro de Imóveis – Títulos e Documentos da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, sob o qual será constituída, em garantia do pagamento do Valor Garantido Hipoteca, hipoteca de 5º grau, em razão da existência atual de outras hipotecas, em garantia do pagamento dos contratos descritos na respectiva Escritura de Hipoteca; o valor garantido por este Imóvel é de R\$14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais);
- ii) imóvel de propriedade da Indemil – Indústria e Comércio Ltda., com sede na Rodovia PR 218, Km 372+500m, nº S/N, Distrito de Graciosa, na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.887.899/0001-09, objeto da matrícula nº 11.278, do Registro de Imóveis da Comarca de Guaíra, Estado do Paraná, sob o qual será constituída, em garantia do pagamento do Valor Garantido Hipoteca, hipoteca de 2º grau, em razão da existência atual de hipoteca de 1º grau, em garantia do pagamento do Contrato BB (conforme definido na respectiva Escritura de Hipoteca); o valor garantido por este Imóvel é de R\$8.750.000,00 (oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais); e
- iii) imóvel objeto da matrícula nº 13.931, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul, sob o qual será constituída, em garantia do



JUCESP

09 09 11

pagamento do Valor Garantido Hipoteca, hipoteca de 2º grau, em razão da existência atual de hipoteca de 1º grau, em garantia do pagamento do Contrato BB (conforme definido na respectiva Escritura de Hipoteca); o valor garantido por este Imóvel é de R\$21.850.000,00 (vinte e um milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

4.11.1.2 Após a integralização das debêntures, a Emissora terá 90 (noventa) dias para adimplir as obrigações dos contratos mencionados acima, com a ressalva do item (ii) abaixo, e (i) com relação aos Imóveis citados no item 4.11.1.1 (ii) e (iii), promover o cancelamento da hipoteca de 1º grau a que os Imóveis estão atualmente sujeitos, passando a hipoteca de 2º grau, constituída em benefício dos Debenturistas, a ser hipoteca de 1º grau dos Imóveis, nos termos das respectivas Escrituras de Hipoteca; e (ii) com relação ao Imóvel citado no item 4.11.1.1 (i) acima, promover o cancelamento da hipoteca de 4º grau a que o Imóvel está atualmente sujeito, passando a hipoteca de 5º grau, constituída em benefício dos Debenturistas, a ser hipoteca de 4º grau, nos termos da respectiva Escritura de Hipoteca.

4.11.2 Ainda em garantia do fiel e pontual pagamento da totalidade das Debêntures, os Garantidores prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como Garantidores e principais responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados (sendo as garantias previstas nesta cláusula 4.11 denominadas, em conjunto, como "Garantias").

4.11.2.1 Os Garantidores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, Garantidores e principais pagadores, de forma solidária, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.11.2.2 O valor da fiança ora prestada pelos Garantidores é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidas pelos Garantidores, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido").



18

JUCESP

09.09.11

4.11.2.3 O Valor Garantido será pago pelos ~~Garantidores~~, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o Valor Garantido de cada um ou de todos os Garantidores, resguardado o direito de regresso entre os Garantidores, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Garantidores, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.11.2.4 Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.11.2.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.2.6 Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.

4.11.2.7 A presente fiança entra em vigor da Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data os Garantidores estarão desobrigados de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.


4.11.2.8 Os Garantidores, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.



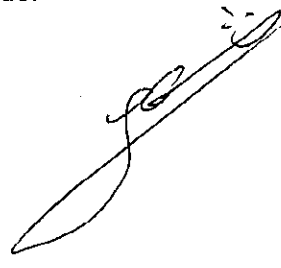


19









JUCEP

08 08 14

4.11.3 Ainda em garantia do fiel e pontual pagamento da totalidade das Debêntures, a Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária”), cedeu fiduciariamente, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, aos Debenturistas, nos termos dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965:

- i) no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em direitos creditórios oriundos de duplicatas comerciais da Emissora, referentes à venda de bens e serviços pela Emissora para pagamento à prazo (doravante denominados “Créditos em Cobrança”), registrados para cobrança bancária no Banco do Brasil S.A., nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança Eletrônica firmado entre a Emissora e o Banco e constante como anexo do Contrato de Cessão Fiduciária;
- ii) o crédito de titularidade da Emissora depositado no Banco do Brasil, na conta de depósitos nº 31271408-4, mantida na agência 3070-8, bloqueada em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em que os recursos decorrentes do pagamento dos Créditos em Cobrança deverão ser depositados e/ou transferidos por qualquer meio; e
- iii) todos os valores ou bens recebidos pela Emissora como forma de pagamento dos Créditos em Cobrança devidamente onerados em favor dos Debenturistas, de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária.

4.11.4 Caso a excussão das Garantias venha a ser deliberada pela Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da cláusula oito abaixo, o Agente Fiduciário deverá executar as Garantias na seguinte ordem: (i) as hipotecas, nos termos do item 4.11.1 acima; (ii) a garantia de cessão fiduciária de duplicatas, nos termos do item 4.11.3 acima; e (iii) a garantia fidejussória prestada pelos Garantidores, até o pagamento total das Debêntures. Até que seja averbada a transformação das hipotecas em de 1º grau, nos termos do item 4.11.1.2 acima, em caso de deliberação pela Assembléia Geral de Debenturistas pela excussão das Garantias, o Agente Fiduciário deverá executar a garantia fidejussória prestada pelos Garantidores.



20

JUCESP

08.08.14

## 5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em circulação, conforme definido abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembléia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

### 5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 A partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, as Debêntures poderão ser parcial ou totalmente resgatadas por iniciativa da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 15 (quinze) dias úteis de antecedência, informando (i) a data pretendida para a realização do resgate antecipado; (ii) o volume ou número de Debêntures que serão resgatadas; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.2.2 O resgate antecipado das Debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, será realizado mediante o pagamento do seu Valor Nominal Atualizado não amortizado, acrescido da Remuneração devida *pro rata temporis* até a data do pagamento do resgate antecipado, acrescido de prêmio equivalente a (a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento)



21

21

JUCESP

09 09 11

sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer entre o 25º (vigésimo quinto) e o 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, inclusive; (b) 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer entre o 37º (trigésimo sétimo) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, inclusive; e (c) 0,30% (trinta centésimos por cento) sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer a partir do 49º (quadragésimo nono) mês contado da Data de Emissão, até a Data de Vencimento.

5.2.3 O resgate parcial deverá ser realizado por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que independente do resgate ser total ou parcial todas as etapas do processo de validação, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.2.4 A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário da realização do Resgate Antecipado, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

### 5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 5.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

④



22

22

✓

✗

✗

✗

JUCESP

03.02.11

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, e/ou pelos Garantidores, no âmbito da Emissão;
- ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas na respectiva data de vencimento;
- iii) descumprimento, pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas em até 2 (dois) dias úteis;
- iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, incluindo os Garantidores, de valor isolado ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ou a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou quando não observado o disposto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável;
- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou os Garantidores, em valor isolado ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e que não sejam tomadas as medidas cabíveis pela Emissora, devidamente comprovadas ao Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da ciência pela Emissora de tal protesto salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pelos Garantidores, (b) for cancelado ou tenha seus efeitos suspensos por decisão judicial, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;



JUL 29

2011

- vii) prolação de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora e/ou dos Garantidores, em valor isolado ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha oferecido bens em garantia, ou seguro fiança, ou feito provisão para pagamento;
- viii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência decretada, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- ix) propositura de execução judicial pelos órgãos governamentais, de multas ou exigências de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros em valor isolado ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para os quais não tenha impetrado recurso de forma tempestiva e/ou não haja provisão e/ou oferecimento de bens em garantia, ressalvados os processos que já estejam em andamento na Data de Emissão;
- x) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, sem o consentimento dos Debenturistas;
- xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Garantidores das obrigações a serem assumidas nesta Escritura;
- xiv) não observância do índice financeiro calculado de acordo com o Anexo I desta Escritura ("Índice Financeiro");
- xv) caso as Garantias não venham a ser reforçadas, a pedido justo do Agente Fiduciário;





JUCESP

08 02 11

- xvi) alienação de ativos operacionais da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, e/ou caso sobre eles forem constituídos ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias ou penhores, em qualquer caso desde que tais ativos operacionais, de forma individual ou agregada, em uma mesma operação ou série de operações relacionadas, tenham valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); entende-se, para os fins deste item, “ativos operacionais” como sendo ativos utilizados pela Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, para a execução de seus respectivos objetos sociais, exceto quando previamente aprovada pelos Debenturistas; o presente item não abrange e não se aplica às garantias reais a serem outorgadas pela Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), em garantia de financiamentos concedidos pelo BNDES à Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas;
- xvii) caso a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures venham a infringir quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou implique em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xviii) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas;
- xix) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 Lei das Sociedades por Ações;
- xx) ocorrência de alteração material adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora;
- xxi) não obtenção de classificação de *rating* para a Emissão em até 60 (sessenta) dias após a Data da Liquidação Financeira; e

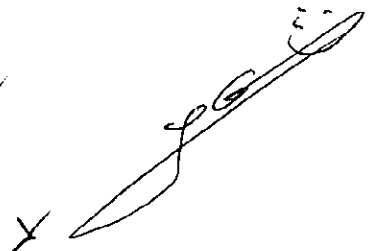




25







JUL 29

08 00 11

xxii) não apresentação do relatório anual e/ou relatório de monitoramento de avaliação da agência classificadora de risco das Debêntures a cada aniversário da obtenção de classificação de *rating*.

5.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (vi), (viii), (ix), (xi), (xiii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xix), (xxi) e (xxii) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.3.6. abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (v), (vii), (x), (xii) (xviii), e (xx) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.3.3. abaixo, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 5.3.4. abaixo, será a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação na qual o quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

5.3.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.4 Caso a Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.3. acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.



26

UNESP

DEBENTURISTAS

5.3.5 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.3.3. anterior, será necessário o quorum especial de titulares que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos da Cláusula 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

5.3.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada nos itens 5.3.2 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.3.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração do Diretor Presidente de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta



27

JUL 97

09 09 11

Escritura; e (3) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento do Índice Financeiro para o respectivo exercício, o qual deverá conter a abertura das contas utilizadas na referida memória de cálculo, assinados pelo Diretor Financeiro da Emissora, que se colocará a disposição para esclarecimentos eventualmente solicitados pelo Agente Fiduciário;

- b) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da Assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;
- d) dentro de 10 (dez) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
- e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 10 (dez) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");

Q



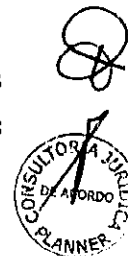
28

28

JUCESP

08 08 11

- f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a sua ocorrência;
- g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
- h) sem prejuízo do disposto no item 7.3., alínea (v), desta Escritura, uma via original desta Escritura, devidamente arquivada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Paulo, Estado de São Paulo, e , em até 10 (dez) dias úteis após tal registro;
- i) cópia da AGE, devidamente arquivada na JUCESP, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
- j) cópia das Escrituras de Hipoteca devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu registro; e
- k) no prazo de até 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia, em meio eletrônico, do relatório de classificação de risco da Emissão, bem como a reavaliação anual e/ou relatório de monitoramento anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso 0 abaixo.
- ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCESP, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
- iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



JUCESP

08 02 11

- v) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos



JUE SP

09 09 11

e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, da Agência de Classificação de Risco, e do Banco Mandatário;

- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- xvi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a Agência de Classificação de Risco, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, e desde que razoáveis, por



JUCESP

09 09 11

escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;

- xviii) rigoroso cumprimento pela Emissora ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- xix) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- xx) manter o Índice Financeiro de acordo com o Anexo I desta Escritura;
- xxi) comunicar imediatamente os Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures; e
- xxii) contratar, para o início da Oferta Restrita, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco dentre Fitch Ratings ou a Moody's ou a Standard & Poor's para realizar a classificação de risco (rating) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela



32

32



JUL 2017

09 09 11

Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (1) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (2) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas das Debêntures para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xvii) do item 6.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora, desde que razoáveis; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, é nomeada como agente fiduciário desta Emissão e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.



7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente

33

JUCESP

00:00:11

Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28/83").

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.



34

34

JUL 85

00 02 11

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis,



35

35

JUCESP

09 09 11

das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

- x) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- xi) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima.;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora enviará todos os atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório, bem como as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
  - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;



36

36

JUCESP

09 09 11

- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - i) declaração acerca da manutenção da suficiência e exequibilidade da garantia real das Debêntures;
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no escritório do Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na CVM; e
  - e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xvi) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;



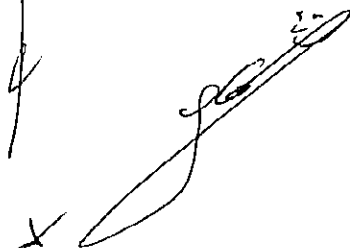


37









JUESP

09 09 11

- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto a Emissora, o Banco Mandatário e a CETIP;
- xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP.
- xxi) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Mandatário, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento (D-1) até às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos) da véspera do evento;
- xxii) revisar o cálculo feito pela Emissora, em conjunto com seus auditores independentes, do Índice Financeiro, na forma estipulada no Anexo I da presente Escritura;
- xxiii) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- xxiv) fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 6.1 acima, inciso 0; e
- xxv) cumprir as demais funções contidas nas Escrituras de Hipoteca e no Contrato de Cessão Fiduciária.



7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos

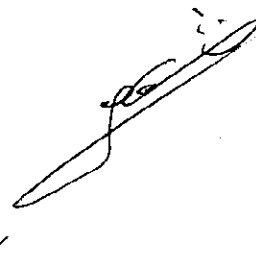


38









JUL 2019

08 09 11

Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas, inclusive promover a excussão das Garantias;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo devida a primeira parcela em 3 (três) dias úteis após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
- ii) a remuneração prevista no subitem "i" acima, será acrescida dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o imposto de renda devido conforme as alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;



JUL 99

14 09 14

- iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas, ~~anualmente, de acordo com a~~ variação acumulada do IGP-M ou, em sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até a data de pagamento das próximas parcelas, *pro rata temporis*;
- iv) a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora em nome dos titulares das Debêntures;
- v) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (c) a implantação das conseqüentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação;
- vi) a remuneração do Agente Fiduciário ora descrita cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como, a participação em Assembléias Gerais de Debenturistas, não incluindo as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme seja comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras; e
- vii) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido;



40

40

✓

✗

4

2



JUN 29

11:02:11

7.6.1 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

- i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- iii) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.



41

✓

✗

✗

✗

JUL 97

08 02 11

7.6.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item 7.6.2 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

7.6.4 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante pagamento por boleto bancário, emitido com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência à data do pagamento.

7.6.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

## 8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembléia de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, no Município de São Paulo.



JUL 2011

2011

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas, sendo que a Emissora deverá ser sempre convocada para referidas Assembleias.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, da garantia real e fidejussória concedida aos Debenturistas, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das Debêntures em Circulação. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta cláusula 8.8, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau

8.9 As deliberações que digam respeito aos Debenturistas, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; e (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora, deverão ser tomadas por Debenturistas que representem pelo menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das Debêntures em circulação, presentes na Assembleia Geral de Debenturistas. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no



43

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

JUL 2019

00 00 11

âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia

8.10 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



JUL 29

08 02 11

- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;  
e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



45

JUCESP

00 00 11

- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados; e
- xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10.2 Os Garantidores declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Garantidores;
- ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais os Garantidores sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre



46

JUL 20 2011

10:00:11

qualquer ativo ou bem dos Garantidores, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- iii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura; e
- iv) as obrigações assumidas na garantia fidejussória constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e dos Garantidores, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

10.3 A Emissora e os Garantidores, conforme o caso, se comprometem a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

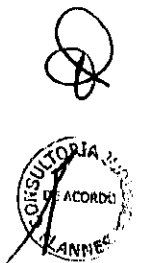
11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

Yoki Alimentos S.A.  
Rua Paes Leme, 524 – 4º Andar – Pinheiros  
005424-010 – São Paulo – SP  
At.: Osvaldo Luiz Figueira  
Telefone: (11) 2188-8832  
Fax: (11) 2188-8840  
Correio eletrônico: [gafin@yoki.com.br](mailto:gafin@yoki.com.br)

- ii) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 10º Andar  
São Paulo - SP  
04538-132



47

JUL 09 2011  
00 02 11

At.: Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: [vrodriques@plannercorretora.com.br](mailto:vrodriques@plannercorretora.com.br)

iv) Para o Banco Mandatário:

Banco do Brasil S.A.

Rua Lelio Gama, 105 – 38º Andar

20031-201 – Rio de Janeiro – RJ

At. Carlos Augusto Nobrega de Souza

Telefone (21) 3808-6025

Fax: (21) 3808-4319

e-mail: [atendimento.gecin@bb.com.br](mailto:atendimento.gecin@bb.com.br)

v) Para a CETIP:

CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)



11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

48



JUL 29

00 00 11

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.



49

49

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

JUL 07 2011

09:00:11

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

## 12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

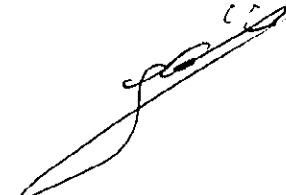



E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2011.

*(assinaturas nas páginas seguintes)*



50

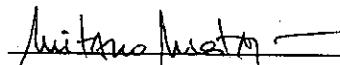


JUL 09

09 09 11

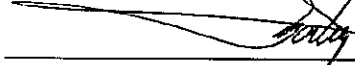
(página de assinatura 1/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Yoki Alimentos S.A." celebrada entre Yoki Alimentos S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 1º de fevereiro de 2011)

YOKI ALIMENTOS S.A



Nome: Mitsuo Matsunaga

Cargo: Diretor Presidente



Nome: Zilo Matsunaga

Cargo: Diretor

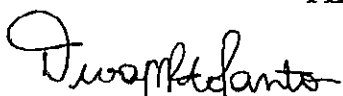


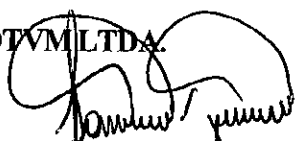
JUL 09

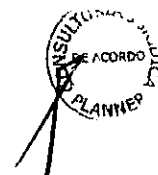
20 09 11

(página de assinatura 2/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Yoki Alimentos S.A." celebrada entre Yoki Alimentos S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 1º de fevereiro de 2011)

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Viviane Rodrigues**  
Diretora

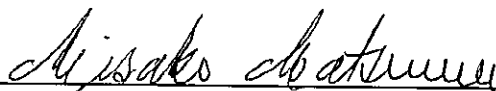
  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Flávio D. Agostoni**  
Procurador



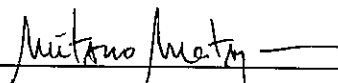
JUE 29

09 09 11


(página de assinatura 3/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Yoki Alimentos S.A." celebrada entre Yoki Alimentos S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 1º de fevereiro de 2011)



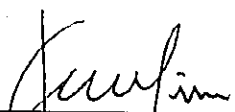
MISAKO MATSUNAGA



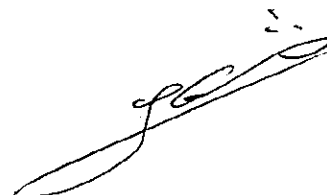
MITSUO MATSUNAGA



YEDA KITANO CHERUBINI



GABRIEL JOÃO CHERUBINI



JUCESP

(página de assinatura 4/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Yoki Alimentos S.A." celebrada entre Yoki Alimentos S.A. e Planner Trustee DTYM Ltda., em 1º de fevereiro de 2011)

Testemunhas:

1.

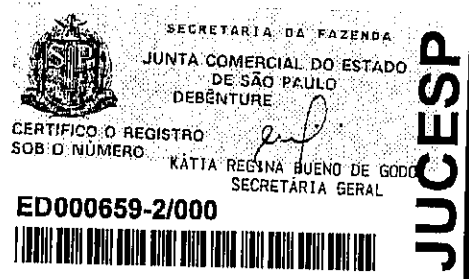
Nome:

RG.:

2.

Nome:

RG:



2



54

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

11111111

11111111

(Este anexo é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Yoki Alimentos S.A." celebrada entre Yoki Alimentos S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 1º de fevereiro de 2011)

## ANEXO I ÍNDICE FINANCEIRO

1. O seguinte Índice Financeiro deverá ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento das informações exigidas no item 6.1 (i) (a) da Escritura, até a Data de Vencimento, sendo que a primeira verificação se dará com base no balanço de dezembro de 2011:

i) Relação Dívida Líquida / EBITDA LTM máxima de 2,5 vezes.

2. Define-se:

Dívida Líquida	É o somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional de curto e longo prazo subtraído das Disponibilidades.
Disponibilidades	Disponibilidades de saldo de caixa, aplicações financeiras, e as respectivas parcelas das dívidas da Emissora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
EBITDA	Calculado observando as disposições do Ofício Circular CVM n.º 01/2006, consistindo, referente aos doze últimos meses findo no período de referência, no lucro operacional da Emissora acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social, receitas e despesas financeiras, receitas e despesas não operacionais, depreciação, amortização e <i>leasing</i> , despesa de atualização de dívidas tributárias e resultado de equivalência

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*

55

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

JUN 20


09 09 11

	patrimonial.
LTM	Acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo do Índice Financeiro, a Emissora e os Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novo Índice Financeiro equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.





 56 